

Índice

Por fim quinta-feira!	1
Os nascidos fora do casamento diminuem nos EUA.....	2
Estados aprisionados na fragilidade.....	3
“El encuentro de tres amores”	4

Por fim quinta-feira!

A esperança de que a crescente introdução das tecnologias no setor produtivo acabasse por fazer poupar suor e tempo aos trabalhadores, tem estado na mente de muitos ao longo de décadas. No início do século XX, Keynes vaticinava que cem anos mais tarde ir-se-ia trabalhar 15 horas por semana – algo que fará sorrir algumas pessoas –, e já alguns consideram que chegou a altura...

A organização sindical britânica Trades Union Congress (TUC) publicou um [relatório](#) no qual reclama a diminuição da jornada laboral, seja em horas de trabalho, seja no número de dias. “No último século, os sindicatos ganharam a jornada de oito horas. Hoje, verificamos que, se as pessoas pudessem escolher, a sua preferência seria a semana laboral de quatro dias”.

Segundo a TUC, o problema de hoje é que, apesar da forte presença das tecnologias no mundo do trabalho, estas não propiciaram uma diminuição das jornadas, tendo sim vindo a ser prolongadas, ao facilitar uma cultura do “sempre disponível”. No Reino Unido, referem, 1,4 milhões de pessoas trabalham os sete dias da semana, e 3,3 milhões fazem 45 horas em cinco dias.

“Se as novas tecnologias nos tornam mais ricos”, afirma a central sindical, “temos de ser criativos quanto ao modo de utilizar essa riqueza de modo a conseguirmos mais tempo para nos encontrarmos com a família e os amigos”.

Relativamente à reivindicação de luta dos britânicos para lhes encurtarem um dia na semana laboral, já algumas empresas privadas e autoridades públicas noutros lugares fizeram a experiência.

A empresa de imobiliário australiana Perpetual Guardian, por exemplo, fez o seu [ensaio](#) na primavera passada. Durante várias semanas, os seus trabalhadores foram autorizados a escolher um dia, aquele que quisessem, para não irem ao escritório. De 40 horas semanais passaram a 32, mas com o salário correspondente a 40. E a produtividade não desceu.

“Os supervisores disseram que a equipa estava mais criativa, que a sua assistência havia melhorado, que havia mais pontualidade e que não saíam mais cedo nem faziam longas pausas”, disse ao [“The New York Times”](#) um dos investigadores. E na *web* da empresa existem mais dados, como o facto de se ter constatado um menor nível de *stress*, uma maior possibilidade de conciliação e maior compromisso com o desempenho da empresa.

Por seu lado, a cidade sueca de Gotemburgo teve igualmente uma iniciativa deste cariz, mas não de diminuir os dias de trabalho, mas as horas por dia de trabalho. Fê-lo numa residência de idosos, Svartedalen, cujos trabalhadores viram reduzidas a seis as horas de trabalho. Toda a gente manteve o seu salário na íntegra, e para cobrir o resto do tempo, foram contratados 70 novos enfermeiros. A criação de empregos e as horas a menos com igual salário tinha de derivar necessariamente num melhor ambiente laboral e na saúde dos empregados.

Mas há aspetos positivos e negativos a considerar. Alguns especialistas salientam que, embora o facto de se conhecer a

existência de um fim de semana alargado à espera no final do caminho poder animar o trabalhador a comprometer-se mais nas suas tarefas, a produtividade a longo prazo pode acabar por se ressentir, pois o empregado tende a cumprir em quatro dias o previsto originalmente para cinco, e não já num ensaio temporário, mas indefinidamente.

Isso pode acarretar uma carga adicional de *stress*, ao que se junta que lhe pode servir de muito pouco se todo o sistema não for sincronizado. Uma oficina, por exemplo, pode acordar trabalhar somente quatro dias, mas se a escola mantiver os seus cinco, o empregado não tem possibilidade de ligar exatamente o seu descanso com o dos seus filhos.

Alguns empresários, por seu lado, já estão a recuar. Ryan Carson, fundador da empresa de programação Treehouse, agitou as águas em 2015 quando anunciou que os seus 87 empregados iriam ter a semana de quatro dias de trabalho. Mas, em 2016, terminou o seu entusiasmo. A iniciativa, disse ao ["Business Insider"](#), "criou uma falta de ética do trabalho que prejudicou decididamente o negócio e a nossa missão. Foi algo terrível".

Terá acontecido a mesma coisa a outros dos mencionados? Não exatamente, mas por alguma razão não continuaram. Jemma Crook, executiva da Perpetual Guardian, assegura à "Aceprensa" que o pessoal regressou aos seus cinco dias de trabalho. "No entanto", acrescenta, "as recomendações estão em cima da mesa e dentro de poucas semanas daremos a conhecer se iremos adotar de modo permanente a semana de quatro dias".

Quanto ao asilo de Gotemburgo, o sucesso das jornadas laborais de seis horas causou demasiados problemas aos cofres municipais. "A experiência terminou e voltou-se às 40 horas semanais", diz Henrik Dahlberg, responsável de imprensa no município. O custo estimado do teste foi de 8 milhões de coroas, 1,5 milhões delas destinadas à avaliação, um montante que foi objeto de crítica por parte do público e dos partidos de centro-direita".

Deceção nuns sítios, cautela noutros, otimismo noutros mais... Talvez o prognóstico de Keynes e a excelente disponibilidade de muitos para assumirem os três dias tenham de esperar ainda algum tempo para ver se algo ocasional se pode transformar em sistema sustentável.

L. L.

Os nascidos fora do casamento diminuem nos EUA

A tendência para ter filhos fora do casamento, que foi ganhando terreno no mundo desenvolvido desde há meio século, parece estar a conhecer uma paragem nos Estados Unidos, onde o número de crianças nascidas de pais não casados tem vindo a cair durante uma década, comparativamente com o das que nasceram depois do "sim, quero" dos seus progenitores.

Segundo Lyman Stone, do [Institute for Family Studies](#) (IFS), se em 1960 somente 5 % dos nascimentos eram extra-matrimoniais, em 2007, o seu índice era de 41 %. Mas aí começou a baixar. Em 2016, as crianças nascidas de mães não casadas já constituíam menos de 40 % do total.

Em números, adverte-se que se, em 2007, os nascidos de mães solteiras foram 1,7 milhões de bebés, em 2016, foram pouco mais de 1,5 milhões, enquanto se verifica uma evolução positiva no número dos nascidos dentro do casamento a partir de 2012-2013 (2,3 milhões), para alcançar mais 100 000 em 2016.

Talvez as prestações estatais às famílias monoparentais ou de pais em união de facto estivessem a pesar na ascensão dos nascimentos nesta modalidade. O IFS refere nomeadamente um programa "muito generoso": o EITC (Earned income tax credit), que reduz a carga fiscal das famílias monoparentais e, inclusivamente, lhes pode dar direito a reembolsos. Sabendo que contam com este colchão financeiro para educar os seus filhos, os solteiros ou os que vivem em união de facto têm que pensar menos para dar o passo de os ter.

Os casados, no entanto, têm bastantes mais apoios. Na "Forbes", a analista Kate Ashford salienta que muitos casais em união de facto não se apercebem – ou fazem-no demasiado tarde – das vantagens que teriam se tivessem trocado anéis, e cita a inclusão de um cônjuge no seguro de saúde do outro, a possibilidade de transferir os fundos de pensões do que falece para o que sobrevive, e também a transmissão das suas propriedades sem que haja um penhor pelo meio. Assim, os casados pisam terreno mais firme, e a paternidade beneficia.

Entretanto, na Europa, não existem alterações de tendência: ainda são menos os nascidos fora do casamento, mas estão a aumentar. Um aumento lento, mas ininterrupto: em 2016, já constituíam 43 % dos nascimentos, quando, no ano 2000, eram 28 % do total, de acordo com números do departamento de estatísticas da UE, o Eurostat.

Os números variam amplamente entre blocos de países: se na Grécia, Chipre e Croácia são mais de 80 % os que nascem de pais casados (a Polónia aproxima-se, com 75 %), noutros como França, Bulgária, Eslovénia e Estónia, registam-se mais nascimentos no seio de lares onde não existe esse compro-

misso. A Espanha, por exemplo, que em 2016 tinha 45,9 % de bebês de pais não casados, não chega ao nível dos antes mencionados, mas como eles, segue a mesma tendência (em 2007, foram 30,2 % e, em 2013, 40,9 %).

A França é o caso que mais se destaca, com quase 60 % de nascimentos fora do casamento. Já em 2007 tinha vantagem neste índice sobre a Espanha, por exemplo, com 51,7 %, e igualmente em 2013, com 57,2 %. Mas para encontrar um país que a supere neste aspeto, tem de se procurar fora da UE e ir para a Islândia: 70 % dos islandeses que chegaram ao mundo em 2016 fizeram-no, seja no seio de uma união de facto, seja num lar monoparental.

Parte da explicação da pouca recetividade que têm muitos dos casais franceses para assumirem laços matrimoniais nas suas uniões, residiria na existência de uma figura legal que lhes garante “menores complicações”.

Trata-se do [Pacto Civil de Solidariedade](#) (PACS), que confere aos interessados muitos dos deveres e direitos (como os descontos fiscais) dos cônjuges, embora com a possibilidade de “se safar” mais facilmente se a relação não funcionar. A diferença? Que nenhuma das partes, uma vez separadas, pode reclamar da outra uma pensão alimentar nem tão-pouco propriedades.

Onde, todavia, houver filhos pelo meio, o PACS não passa de um frio mecanismo económico, e o bem-estar destes não é prioridade. Facilitar a tal extremo a separação dos pais não pode beneficiá-los.

O relatório do IFS focalizou-se, entre vários aspetos, na instabilidade a que se expõem as crianças que nascem fora do casamento em países da Europa e América do Norte.

Os investigadores constataam que os menores cujos pais não se casaram, têm maiores possibilidades de experimentar transições no lar, a saber, mudanças de parceiro por parte da mãe. É assim na maioria dos países analisados: em Espanha, por exemplo, os filhos de mães não casadas e de educação média têm 7 % de probabilidades de testemunhar uma mudança de parceiro da sua progenitora, dois pontos mais do que os seus pares nascidos no seio de casamentos. Mas no Reino Unido a diferença dispara, com 60 % de probabilidades para os primeiros e 31 % para os segundos.

Para fins concretos, terá isto alguma importância? O sociólogo Andrew Cherlin, citado pelo IFS, salienta que a instabilidade no lar “pode aumentar os problemas emocionais e de comportamento das crianças. Dito com clareza, algumas parecem ter dificuldade em adaptar-se a ver os seus pais e os seus parceiros a entrar e a sair das suas casas”.

Estados aprisionados na fragilidade

São membros da ONU 194 países. Mas uma grande parte deles são incapazes de proporcionar o mais elementar que se deve esperar de um Estado: segurança, serviços públicos, oportunidades de emprego... São os chamados “Estados frágeis”, minados pelos conflitos e pela corrupção. Hoje ainda existem 900 milhões de pessoas a viver em condições de extrema pobreza, e prognostica-se que, em 2030, metade dos pobres do mundo viverão nos Estados frágeis. Como ajudá-los a fortalecer-se?

Os casos mais extremos desta fragilidade são os chamados “Estados falhados”, do tipo da Somália, Líbia, Sudão do Sul ou Afeganistão. Países onde o governo perdeu o controlo sobre vastas zonas do território, falta uma autoridade política reconhecida, é incapaz de proporcionar serviços básicos e sofre uma acentuada degradação económica.

Nos relatórios que a OCDE tem vindo a publicar desde 2008 sob o nome de “States of Fragility”, 75 países foram considerados frágeis pelo menos uma vez e, deles, 27 apareceram em todos os relatórios.

Sobre a situação destes países concentrou-se o trabalho da [Commission on State Fragility, Growth and Development](#), uma *joint venture* entre a Universidade de Oxford e a London School of Economics. A comissão foi presidida pelo antigo primeiro-ministro britânico David Cameron, e este ano publicou uma série de recomendações para a ajuda a estes países.

Não é que tenham estado sem assistência. Somente em 2016, de acordo com a OCDE, a ajuda oficial ao desenvolvimento destes 27 países ascendeu a 35 000 milhões de dólares. Mas, como reconhece Cameron num [artigo](#), “alguns destes países, depois de receberem ajuda durante décadas, continuam a ser tão pobres como antes”. Isto, afirma, não é motivo para cancelar a ajuda, mas sim para mudar o modo de a utilizar.

A ajuda e os esforços dos governos dos países em desenvolvimento deram também os seus frutos. O relatório reconhece que uma das grandes conquistas das três últimas décadas é ter reduzido para metade a pobreza extrema. Igualmente a mortalidade infantil baixou muito, e houve melhoria na escolarização, no acesso à água potável e às vacinas. Mas o problema é que em muitos dos países mais pobres o progresso estagnou.

Quais as razões porque a ajuda não teve resultados positivos nesses países? O relatório sublinha três fatores. O primeiro é que a assistência foi muitas vezes uma reação às emergências próprias da fragilidade, sem procurar soluções viáveis. O segundo é a crença em que a fragilidade se deve a uma única causa, que pode ser enfrentada pela ajuda internacional ou por resoluções do governo, sem reconhecer que, qualquer

que seja a sua origem, a fragilidade é uma síndrome de uma sociedade aprisionada.

O terceiro foi definir a estratégia para sair da fragilidade a partir das experiências das atuais democracias ocidentais. Diz o relatório: “Isto é um erro essencial, pois as circunstâncias históricas que determinaram este caminho são raramente aplicáveis aos desafios de hoje e estimulam um excesso de ambição que o mais provável é conduzir ao fracasso”.

O relatório da Comissão pede uma atitude mais realista quando se ajuda os Estados frágeis. Sobretudo, tem de se deixar de estabelecer longas listas de metas inalcançáveis e de prazos irreais impostos a partir de fora, e concentrar-se em objetivos mais modestos, mas que melhoram a vida das pessoas. Não faz muito sentido fixar metas para combater a mudança climática ou reduzir a desigualdade, quando o problema é garantir aos cidadãos segurança e emprego.

Como os Estados frágeis têm uma capacidade de governo limitada, é essencial fixar tarefas prioritárias, e deveriam ser os atores locais (governos, partidos políticos, sociedade civil, meios de comunicação social...) a chegarem a um acordo sobre o que querem propor-se como país. As condições da ajuda internacional deveriam ser dirigidas para que o dinheiro fosse corretamente gasto e não desviado, mas sem impor que fosse ligado a determinadas políticas.

Do ponto de vista político, muitas vezes atuou-se com a ideia de que o mais importante para uma participação democrática é que haja eleições. Mas os conflitos que surgiram em muitos países frágeis por motivo das eleições, indicam que antes é preciso que tenha havido um processo de reconciliação e de criação de um consenso. “Mais vale”, escreve Cameron, “dedicar tempo a resolver disputas e conflitos, forjar um verdadeiro consenso nacional sobre a distribuição do poder, e implementar mecanismos de controlo e de equilíbrio que podem prevenir outro deslizar para a violência e o fracasso do Estado”.

“El encuentro de tres amores”

Autor: Tomás Melendo
Palabra. Madrid (2017).
160 págs.

Quando um catedrático de metafísica como Tomás Melendo fala de educação, não é de esperar técnicas educativas, mas, como afirma a sua filha Irene no Prólogo, princípios ou diretrizes “que devem integrar a música de fundo das pequenas ou grandes decisões do dia a dia”. O metafísico escreve como

pai. “O núcleo fundamental do que se expõe”, avisa Irene Melendo, “foi a própria vida familiar de quem o escreve”.

O autor admite que educar não é simples, mas o mais importante. Por isso, vale a pena aprendermos a sermos pais, pois é impossível sermos bons pais sem esforço. Cheio de bom senso e escrito com grande clareza, o livro apresenta sábias pinceladas sobre como educar, traços firmes dados com o mesmo pincel: o pincel do amor. Para ele, temos de gostar muito de quem vamos educar; as pessoas só melhoram pelo contacto pessoal, como um diamante somente se pode polir com um diamante; que a cada filho se tem de dedicar o tempo que precise, pois a pressa é o principal inimigo da educação; que a criança necessita de autoridade, mesmo negando-se a reconhecê-lo; que um amor errado leva a estragar os filhos... Que “educar é amar, e amar é ensinar a amar, pois não é outro o destino do ser humano e a chave da sua felicidade”.

A arte de educar consiste em saber utilizar esse pincel do amor para misturar no lenço da vida três cores: o amor matrimonial, o amor filial e o amor dos amores. Melendo afirma que os pais não têm o direito de tornar os seus filhos à “sua imagem e semelhança”, pois somos “colaboradores de Deus no seu crescimento humano e espiritual”.

Não somos os protagonistas da educação; o autêntico protagonista, de maneira radical, metafísica, é Deus. Essa é a chave para interpretar os dez princípios anunciados no subtítulo: amar com amor autêntico cada filho e com amor recíproco entre os pais, transformar tudo em amor, contar com a eficácia educativa do exemplo, ver o lado positivo das coisas, exercer a autoridade, saber corrigir para canalizar comportamentos, promover a excelência pessoal dos filhos, ensinar a amar e conceder-lhes toda a liberdade que possam gerir.

A função da educação consiste em “fomentar positivamente a liberdade de cada filho”, o que significa que os pais devem procurar que nas diferentes etapas e circunstâncias da sua vida consiga valer-se por si próprio e seja dono das suas próprias decisões. “Só então será capaz de amar”.



P. G.